

Psicomotricidade na Educação Infantil: os desafios do ensino remoto emergencial na percepção dos pais e do professor de Educação Física
Psychomotricity in Early Childhood Education: the challenges of emergency remote teaching in the perception of parents and Physical Education teachers

Silvia Fernanda de Souza LORDANI*
Marília Bazan BLANCO**
João COELHO NETO***

RESUMO: Em decorrência da pandemia do COVID-19, a população precisou aderir ao distanciamento social como medida preventiva, provocando a necessidade de suspender as aulas presenciais no Brasil, sendo estas substituídas pelo “ensino remoto emergencial” (ERE). O presente artigo tem por objetivo analisar a percepção de uma professora de educação física e de pais de alunos da Educação Infantil quanto ao ensino remoto nas aulas de Educação Física, sob a perspectiva da psicomotricidade. A metodologia classifica-se como descritiva, de caráter qualitativo, desenvolvida nos meses de abril a agosto de 2020 em uma instituição de Educação Infantil situada ao norte do estado do Paraná. Como resultados, o estudo sinalizou fragilidades no contexto de ensino na Educação Infantil, uma vez que o ERE não consegue atingir a todos, ficando lacunas na formação e no desenvolvimento da criança, principalmente nos estímulos dos elementos psicomotores, primordiais para esta faixa etária de 0 a 5 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Ensino Remoto Emergencial. Psicomotricidade.

ABSTRACT: As a result of the COVID-19 pandemic, the population needed to adhere to social distancing as a preventive measure, causing the need to suspend face-to-face classes in Brazil, which were replaced by “emergency remote education” (ERT). This article aims to analyze the perception of a physical education teacher and of parents of Early Childhood Education students regarding remote teaching in Physical Education classes, from the perspective of psychomotricity. The methodology is classified as descriptive, of qualitative character, developed in the months of April to August of 2020 in an institution of Infantile Education located to the north of the state of Paraná. As a result, the study showed weaknesses in the context of teaching in Early Childhood Education, the ERT is unable to reach everyone, leaving gaps in the formation and development of the child, especially in the stimulation of psychomotor elements, essential for this age group from 0 to 5 years old .

KEYWORDS: Child education. Emergency Remote Teaching. Psychomotricity.

* Mestra em Ensino pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná. PPGEN / UENP, campus Cornélio Procópio PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9599-3591>. E-mail: fernandalordani@gmail.com.

** Doutora em Psicologia. Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP- Campus Cornélio Procópio PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9259-0578>. E-mail: mariliabazan@uenp.edu.br.

*** Doutor em Informática. Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP - Campus de Cornélio Procópio PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6154-3266>. E-mail: joacoelho@uenp.edu.br.

1 Introdução

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui como objetivo educar e cuidar de crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas (BRASIL, 2009). De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os eixos norteadores das práticas pedagógicas para essa etapa de ensino são as interações e as brincadeiras, garantindo experiências diversas para que a criança aprenda e se desenvolva de forma integral, nos seus aspectos afetivos, cognitivos e motores (BRASIL, 2017).

Portanto, considera-se que a Psicomotricidade pode ampliar as possibilidades de desenvolvimento integral da criança na Educação Infantil, já que sua prática abrange os aspectos cognitivos, motores e afetivos, podendo ainda, desde que estimulados adequadamente, prevenir futuras dificuldades escolares dos alunos em etapas de escolarização posteriores (LORDANI, 2020).

Em decorrência da pandemia de COVID-19 e suas consequências para a organização do ensino, o ano de 2020 teve seu início de forma desafiadora para a educação brasileira, principalmente para a Educação Infantil, já que as práticas pedagógicas desta etapa envolvem interação, afetividade, brincadeiras coletivas e socialização diariamente nas instituições.

A partir deste cenário epidemiológico, foi decretada a suspensão das atividades escolares presenciais em função do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública (BRASIL, 2020a), ocasionando vários questionamentos quanto à garantia do direito à educação (ANPED, 2020a). Assim, optou-se, de modo emergencial, pela substituição das atividades presenciais por atividades remotas, caracterizando o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Diante dessa suspensão de aulas presenciais em todo o país, muitos são os questionamentos para a Educação Infantil, destacando-se, entre eles: como ficam as interações e brincadeiras na Educação Infantil? Como praticar o ERE sem perder os princípios e ações primordiais na Educação Infantil?

Nesse contexto, o presente artigo visa investigar o corpo em movimento na Educação Infantil como prática pedagógica, nas ações que correspondem às interações e brincadeiras, durante o período de ERE. Portanto, apresenta como objetivo geral compreender as implicações didático-pedagógicas do ERE para o desenvolvimento psicomotor de crianças da Educação Infantil a partir da percepção de uma professora de Educação Física e de pais/familiares dos alunos.

Participaram da pesquisa uma professora de Educação Física e nove pais/responsáveis pelos alunos de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de um município situado ao norte do Estado do Paraná. Para a coleta de dados, foram utilizados, como instrumentos, dois questionários, respondidos via aplicativo *Whatsapp*® pelos participantes, além de áudios, imagens, mensagens escritas e vídeos enviados também pelo aplicativo.

Visando apresentar a presente pesquisa, inicialmente discorre-se, teoricamente, sobre o ERE e a Psicomotricidade na Educação Infantil. Posteriormente, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, os resultados obtidos, sua respectiva discussão e considerações finais.

2 O Ensino Remoto Emergencial: aspectos normativos e legais

Em tempos de distanciamento social, presenciamos uma crescente aproximação da educação com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na busca por alternativas pedagógicas para o ensino não presencial. Sabe-se que as TDIC estão inseridas na vida dos cidadãos, facilitando o processo de comunicação e disseminação de informações. Para Moran (2006) a tecnologia está a serviço do homem ao contribuir para o desenvolvimento profissional e outras esferas da sociedade. Teixeira e Coelho Neto (2016) ressaltam, também, que as tecnologias vêm contribuir para o contexto escolar.

O ano letivo de 2020 certamente ficará marcado na história da educação brasileira, como o ano do (re)inventar de práticas pedagógicas, de criar novos espaços para o ensino, de explorar as TDIC a favor do ensino e da aprendizagem dos alunos, fatos e aspectos decorrentes da situação de pandemia decretado mundialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020. O COVID-19 se espalhou rapidamente pelo mundo em 2020, ocasionando a suspensão de aulas presenciais em escala global como medida preventiva de proteção a vida (SANTOS, 2020).

O Brasil adotou medidas de proteção à saúde por meio da Lei Federal nº 13.979, publicada no dia 6 de fevereiro de 2020, na qual se estabelecem medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (BRASIL, 2020a). O Estado do Paraná suspendeu as aulas presenciais a partir do dia 20 de março de 2020, por meio do Decreto Estadual nº 4.230, desde a Educação Básica à Superior, a fim de evitar e minimizar o contágio pelo novo Coronavírus (PARANÁ, 2020a). O município *locus* desta pesquisa, situado ao norte do estado do Paraná, determinou por meio do decreto nº 017/2020 (AMP,

2020), a suspensão das aulas presenciais por prazo indeterminado nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e Escolas Municipais a partir do dia 20 de março de 2020.

No dia 31 de março de 2020, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná (CCE\CP) aprovou a deliberação nº 01/2020 que autoriza a realização de atividades escolares de forma não presencial nas instituições de Educação Básica e Superior, exceto para a Educação Infantil. Porém, a deliberação nº 02/2020, aprovada no dia 25 de maio, inclui e autoriza a Educação Infantil para a realização de atividades não presenciais. Essas deliberações orientam, ainda, sobre a reorganização do calendário escolar para as atividades letivas referentes ao ano de 2020.

Isto posto, muitas são as inquietações no cenário educacional brasileiro em relação ao ensino e à aprendizagem dos alunos, bem como a qualidade da educação a ser ofertada remotamente. Assim, no dia 1º de abril de 2020, o governo federal publica, em caráter excepcional, a medida provisória (MP) nº 934, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a lei nº 13.979/2020. A MP estabelece as normas acerca do ano letivo vigente para a educação básica e superior, na qual suspende a obrigatoriedade dos 200 dias letivos, mantendo o cumprimento legal da carga horária de 800 horas de atividades pedagógicas com os alunos na Educação Básica, a fim de adotar medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública (BRASIL, 2020b).

Nesse contexto, no dia 28 de abril, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprova o parecer nº 5/2020, com orientações para a reorganização do calendário escolar e o cômputo de atividades pedagógicas não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual (800 horas) nas instituições escolares. Na Educação Infantil, o parecer estabelece que

Para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura. Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças (BRASIL, 2020c, p. 10).

Diante da legalidade em ofertar atividades pedagógicas não presenciais na Educação Infantil, a instituição *locus* desta pesquisa optou pelo ERE. Torna-se necessário destacar que as atividades adotadas não possuem características da modalidade de EaD, pois possuem um modelo de ERE. O EaD é caracterizado por um grupo de docentes que produz suas aulas e vendem os direitos autorais para uma instituição de ensino. Assim, as aulas gravadas são inseridas em um ambiente virtual de aprendizagem e disponibilizadas para o acadêmico realizar as atividades propostas. Também há a presença de um tutor que auxilia na compreensão dos conteúdos, porém, na maioria das vezes, não é o criador das aulas (TOMAZINHO, 2020).

Para Garcia *et al.* (2020, s/p.), o Ensino Remoto Emergencial

[...] se viabiliza pelo uso de plataformas educacionais ou destinadas para outros fins, abertas para o compartilhamento de conteúdo escolares. Embora esteja diretamente relacionado ao uso de tecnologia digital, ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar a distância, considerando esta última uma modalidade que tem uma concepção teórico-metodológica própria e é desenvolvida em um ambiente virtual de aprendizagem, com material didático-pedagógico específico e apoio de tutores.

O ERE consiste em uma mudança temporária na mediação dos conhecimentos escolares devido às circunstâncias pandêmica, promovendo o (re)inventar de práticas pedagógicas, ressignificando e criando novos ambientes para o ensino e aprendizagem dos alunos que frequentam a Educação Infantil, ampliando a relação da educação e das TDIC em todo o mundo. Para Hodges *et al.* (2020) é uma mudança temporária da socialização de conteúdos curriculares para uma forma de oferta alternativa, das aulas e quantitativo de alunos e possui duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver.

Para Tomazinho (2020), o ERE está associado ao fato de professores e alunos estarem impedidos de frequentarem as escolas, cumprindo a exigência do isolamento social recomendado pelo Ministério da Saúde. Já o Emergencial é devido à rapidez em que as aulas foram suspensas, professores e alunos tiveram que se adaptar a uma nova estratégia para a mediação dos conteúdos escolares.

A esse respeito, Saviani e Galvão (2021) apresentam uma importante reflexão acerca da falácia do ensino remoto e suas implicações pedagógicas. Segundo os autores, mesmo para funcionar como substituto e emergencial, algumas condições primárias precisariam ser estabelecidas antes de se colocar em prática o ERE, tais como: acesso à internet de qualidade, proporcionar para todos as condições adequadas de manusear as tecnologias e dar suporte

necessário aos professores e prepará-los para o uso pedagógico de ferramentas virtuais. Portanto, os autores apontam a inviabilidade de promover uma educação de qualidade de forma remota.

No contexto da pandemia, com a implementação do ERE, sugere-se que as atividades pedagógicas não percam a essência dos eixos que norteiam a Educação Infantil; assim, as mesmas devem contemplar aspectos lúdicos, recreativos, criativos e interativos, de modo a serem realizadas pelas crianças em suas casas. Durante este período, as atividades devem garantir a interação entre família e escola, potencializando as dimensões do desenvolvimento infantil, de forma a trazer ganhos cognitivos, afetivos e sociais. Para tanto, as tecnologias, principalmente as digitais, mostraram-se auxiliadoras para o ensino em período de ERE, mas não garantem a aprendizagem do aluno, já que a mediação do professor é um fator primordial nas relações de ensino e aprendizagem.

2.1 A importância da Psicomotricidade na Educação Infantil

A criança inicia sua jornada estudantil em instituições escolares que ofertam a Educação Infantil, espaço educacional primordial para a estimulação dos elementos e habilidades consideradas necessárias para os posteriores processos de alfabetização. Assim, compreende-se que a educação ofertada nesse nível deve garantir práticas pedagógicas que oportunizem aos alunos seu desenvolvimento integral.

A esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, em seu artigo 29, estabelece que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade. Segundo a BNCC, o eixo norteador do trabalho pedagógico na Educação Infantil deve pautar-se nas interações e brincadeiras. Aborda o campo de experiência “Corpo, Gestos e Movimento”, o qual contempla orientações para a realização de práticas de movimento corporal que estimulem o desenvolvimento dos elementos psicomotores (BRASIL, 2017). Assim, nota-se que a educação psicomotora é uma abordagem adequada para os alunos que frequentam a Educação Infantil.

Nesse contexto, torna-se de suma importância refletir sobre as práticas pedagógicas e metodologias de ensino na Educação Infantil, já que é necessário oportunizar meios para que as crianças pequenas aprendam. Tais práticas devem estar acompanhadas de intenções, motivações e desejos de se comunicar com o mundo. Dentre essas práticas pedagógicas, a

Psicomotricidade na Educação Infantil torna-se uma alternativa metodológica que possibilitará o aprendizado por meio do movimento corporal (SOUSA; SILVA, 2013).

A pesquisa de Aquino *et al.* (2012), intitulada “Psicomotricidade como ferramenta da Educação Física na Educação Infantil”, traz discussões acerca dos conhecimentos em Psicomotricidade enquanto ferramenta para as aulas de Educação Física na Educação Infantil. Os autores ressaltam que é de suma importância que esses professores estejam preparados e capacitados para trabalhar o desenvolvimento das potencialidades e habilidades psicomotoras de seus alunos, demonstrando, assim, a relevância desta temática para a Educação Infantil.

Para Fonseca (2008, p. 1), a Psicomotricidade pode ser compreendida como “o campo transdisciplinar que estuda e investiga as relações e as influências, recíprocas e sistêmicas, entre o psiquismo e a motricidade”. Assim, compreende-se que o movimento, o intelecto e o afeto são conhecimentos básicos que dão suporte para a Psicomotricidade.

Para Le Boulch (1982), a educação psicomotora permite à criança conscientizar-se do seu corpo, da lateralidade, de situar-se no espaço e gerir o tempo e a aquisição habitual dos seus gestos e movimentos. Assim, torna-se recomendável que a criança pratique a educação psicomotora o mais breve possível, já que esta ampliará suas possibilidades de prevenir inaptações difíceis de corrigir quando já estruturadas.

A Psicomotricidade, praticada por crianças pequenas, possibilita uma prática preventiva das dificuldades de aprendizagem, já que propicia o desenvolvimento das capacidades básicas, sensoriais, perceptivas e motoras, ampliando as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem, além de estimular e ativar os aspectos afetivos, motores e cognitivos de forma indissociáveis (LORDANI, 2020).

Assim, ressalta-se que a Psicomotricidade possibilita à criança o desenvolvimento de movimentos neuromusculares que servirão de base para o aprendizado de, por exemplo, segurar o lápis, folhear o caderno, definir sua lateralidade, delimitar espaços, diferenciar as formas das letras, enfim, para que consiga realizar movimentos básicos para seu desempenho escolar.

3 Metodologia

O contexto da pesquisa deu-se no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de uma cidade de pequeno porte, localizada ao norte do Estado do Paraná; convém mencionar que a instituição é a única do município que oferta a Educação Infantil. No total, são 184

alunos matriculadas no CMEI, com idades de 6 meses a 5 anos de idade. Participaram do estudo 1 (uma) professora de Educação Física e 9 (nove) pais/responsáveis de alunos pertencentes à instituição de Educação Infantil pesquisada. A instituição possui apenas uma (1) professora de Educação Física, a qual trabalha com a abordagem psicomotora, conforme orientações normativas curriculares da instituição.

O presente estudo se classifica como uma pesquisa descritiva cujos dados foram analisados qualitativamente. Para a coleta de dados, foram utilizados dois questionários, sendo um para a professora de Educação Física e um para os pais/responsáveis, enviados via aplicativo *Whatsapp*® no período compreendido entre os dias 12 a 19 de agosto de 2020. “Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2002, p.125).

Quadro 1 – Instrumento para a coleta de dados – Questionários

Questionário 1 enviado ao professor de Educação Física
1 Como acontece o Ensino não presencial? (Colocar a periodicidade de entrega de atividades se for o caso, há registros das atividades)
2 Há momentos de planejamento das atividades? Como acontece? Você tem auxílio?
3 Quais são as orientações para a elaboração das atividades?
4 Você utiliza instrumentos tecnológicos para o Ensino não presencial? Quais?
5 Do total de alunos que você entrega as atividades, todos fazem as atividades? Quantos têm realizado as atividades?
6 A que você atribui a NÃO realização das atividades pelos alunos?
7 Nas suas atividades, você explora o movimento corporal das crianças? Comente como estão acontecendo essas orientações em tempos de distanciamento social.
8 Quais suas dificuldade neste momento de aulas não presenciais?
Questionário 2 enviado aos Pais
1 O aluno tem realizado as atividades enviadas pelo professor de educação física? Sim ou não?
2 Por que você não envia para o professor as fotos e vídeos do aluno fazendo as atividades de educação física?
3 Você tem celular e internet?

Fonte: Elaborado pelos autores

Do instrumento questionário originou-se o *corpus* da pesquisa, de tal modo que foi possível a obtenção de resultados representativos do contexto, percepções e opiniões dos participantes em relação ao ERE na Educação Infantil. A partir da coleta de dados, foi realizada a análise qualitativa dos resultados obtidos. Esse processo pode ser definido como uma sequência de atividades que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002). Portanto, fez-se necessário organizar os dados obtidos durante a etapa de coleta, possibilitando o provimento de respostas às questões de pesquisa propostas, a considerar que as respostas fornecidas pelos elementos

pesquisados são as mais variadas. Para analisar essas respostas, foi necessário organizá-las, agrupando em certo número de categorias (GIL, 2008).

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), suas identidades foram preservadas e, para tanto, o nome do professor foi codificado de PROF e dos pais/responsáveis de F1 a F9. Os excertos foram transcritos na íntegra, sem correções gramaticais e ortográficas.

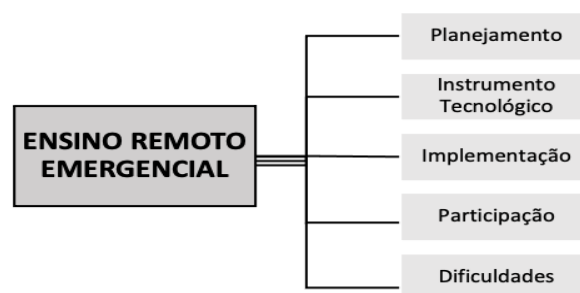
4 Resultados e Discussões

4.1 Relato da professora

Inicialmente apresentaremos os resultados e discussões acerca dos dados coletados com a professora da área de Educação Física. Desta etapa da pesquisa participou 01 (uma) professora de Educação Física que atua com a Psicomotricidade na Educação Infantil. A professora participante possui 25 anos de idade e 5 anos de atuação com alunos da Educação Infantil, é graduada em Educação Física, com especialização (*lato sensu*) em Educação Especial e em Educação Infantil. Para os resultados, a professora participante considerou o envio das atividades em acompanhamento remoto aos alunos a partir do dia 27 de abril de 2020, dia em que iniciaram as aulas não presenciais na instituição pesquisada.

Para a análise e interpretação do *corpus* desta etapa pesquisa elencou-se *a priori* uma (1) categoria e cinco (5) unidades de análise, com o objetivo de analisar o ERE na Educação Infantil, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Categoria Ensino Remoto Emergencial e unidades de análise



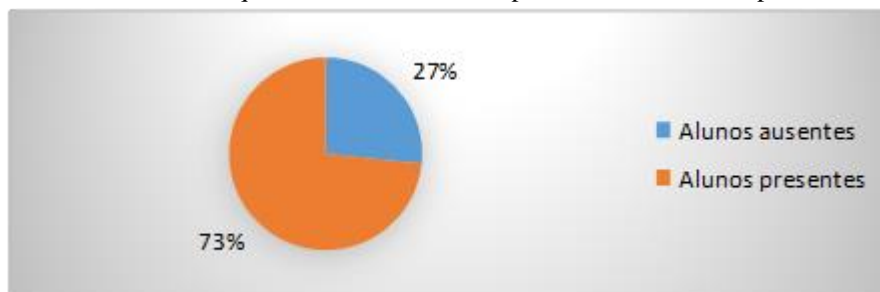
Fonte: Elaborado pelos autores

Para as análises do questionário 1 (Quadro 1), a categoria ERE possui cinco unidades *a priori*: 1 planejamento; 2 instrumento tecnológico; 3 implementação; 4 participação; 5

dificuldades, objetivando verificar o funcionamento do ERE na Educação Infantil, bem como a participação dos alunos nesse processo de ensino. As análises estão embasadas no aporte teórico desta pesquisa, bem como na percepção da professora participante da pesquisa.

A PROF relatou que atende 10 turmas, cerca de 184 alunos, que compreende da creche (0-3 anos de idade) ao pré-escolar (4-5 anos de idade). Ela planeja e envia as atividades psicomotoras em acompanhamento remoto para todos seus alunos; no entanto, ressalta-se que 27% dos seus alunos são considerados “ausentes” por não apresentarem devolutiva das atividades para o professor, evidenciando, desta forma, um ensino excludente na medida em que não atende à totalidade de alunos matriculados, conforme apresenta-se no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Total de alunos que receberam atividades psicomotoras em acompanhamento remoto



Fonte: Elaborado pelos autores

Nesse âmbito, o Gráfico 1 demonstra uma das deficiências do ERE na Educação Infantil, já que evidencia a não participação de todos os alunos nas atividades propostas pelo professor. Assim, buscou-se analisar como acontece o ensino não presencial na instituição pesquisada.

A primeira categoria de análise, ERE, compreende as relações existentes entre o planejamento das aulas pelo professor, os instrumentos tecnológicos utilizados, a implementação das atividades, a participação dos alunos na realização das aulas e as dificuldades encontradas diante deste ensino remoto emergencial na percepção da professora participante, conforme seguem descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categoria Ensino Remoto Emergencial e unidades de análise

Categoria de Análise	Unidade de análise	Questões norteadoras	Excertos
	Planejamento	Como acontece o Ensino não presencial? Há momentos de	<i>Acontece esse planejamento toda semana, tem que ir na escola, tem que planejar todas as atividades que vão ser elaboradas para ser enviadas para casa. E tem auxílio sim da equipe pedagógica e da direção escolar. Esse</i>

Ensino Remoto Emergencial		planejamento das atividades? Como acontece? Você tem auxílio? Quais são as orientações para a elaboração das atividades?	<i>planejamento acontece 3 vezes por semana. É orientado que as atividades sejam bem planejadas de acordo com a necessidade do aluno e os materiais que podem ser utilizados em casa e se tiver algum material que seja utilizado na atividade daí o professor é responsável para estar enviado esse material junto com a atividade física. Materiais como giz, palitinhos, cola, algodão, a escola está dando todo esse suporte de materiais.</i>
	Instrumento tecnológico	Você utiliza instrumentos tecnológicos para o Ensino não presencial? Quais?	<i>Sim, eu utilizo bastante o celular que é através dos vídeos que são gravadas as aulas e os alunos todos têm acesso a esse material. Os alunos utilizam celulares para assistir as aulas...</i>
	Implementação	Nas suas atividades, você explora o movimento corporal das crianças? Comente como estão acontecendo essas orientações em tempos de distanciamento social.	<i>Sim, bastante, em todas as atividades é bem explorado tanto lateralidade como agilidade como coordenação motora, então todas as atividades que são elaboradas são específicas para algum elemento psicomotor... Sim, os pais filmam as crianças fazendo e tiram foto e mandam de volta pra mim pra ver e analisar como que está sendo as crianças fazendo as atividades... elas interagem com a família... todas as atividades são de interação com a família.... as crianças se dedicam...participam bastante..... Acontece através do ensino remoto... as atividades são planejadas e enviadas para os alunos...enviadas de forma física e por vídeo aulas...Os alunos assistem através do whatsapp que são enviados vídeos pelo whatsapp da família ou do responsável pela criança eles assistem as aulas e participam em casa...</i>
	Participação	Do total de alunos que você entrega as atividades, todos fazem as atividades? Quantos têm realizado as atividades? A que você atribui a NÃO realização das atividades pelos alunos?	<i>Então, não são todos que fazem as atividades, o pré são 77 alunos e somente 27 alunos que não estão fazendo as atividades, então 50 alunos estão participando... de 4 e 5 anos. De 0 a 3 anos que são um total de 107 alunos que 85 participam e 22 não participam das atividades.... Alguns alunos não fazem na minha aula e até participam de algumas atividades com as outras professoras, mas a maioria dos alunos que não estão participando...não estão participando com nenhuma, nem na minha aula, e nem nas outras aulas que seriam as professoras regente¹... Muitas vezes..... porque eu acredito que os pais estão trabalhando muito o tempo inteiro e</i>

¹ A professora regente é a responsável pela turma diariamente.

		<i>chegam cansados em casa e não dão suporte para que a criança participe da aula não porque a criança não quer fazer...muitas vezes porque são dependentes dos pais e precisam da ajuda deles pra fazer as atividades.....a maioria estão tendo apoio da família para fazer as atividades.</i>
Dificuldades	Quais suas dificuldades neste momento de aulas não presenciais?	<i>A dificuldade maior encontrada é essa não realização desses alunos... porque a gente precisa ver pra analisar, ter uma resposta de como que esta sendo o desenvolvimento deles e entre os componentes curriculares é mais a coordenação motora e o material que tem que ser planejado com a utilização em casa, dos materiais em casa...eles estão progredindo com as atividades.....</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar a categoria **“Ensino Remoto Emergencial”**, conforme excertos apresentados no Quadro 2, fica evidente na unidade de análise “Planejamento”, que as atividades enviadas em acompanhamento remoto foram planejadas semanalmente pelo professor da turma, com apoio da equipe pedagógica, e o cuidado para atender às necessidades de cada aluno.

Na unidade de análise **“Instrumento Tecnológico”**, nota-se que o celular com o aplicativo *Whatsapp*® é o mecanismo mais utilizado para o envio das atividades e para a comunicação entre o professor e a família. A esse respeito, o estudo de Gonçalves e Britto (2020) constatou que as instituições de Educação Infantil estão se (re)organizando de diversas formas e que o aplicativo *Whatsapp*® tem sido o instrumento tecnológico utilizado no ensino remoto, como meio de comunicação entre família e escola. Ressalta-se que o reinventar a prática pedagógica vem tornando-se um desafio constante para a Educação Infantil em tempos de pandemia, com a entrega de conteúdos curriculares de forma alternativa e aulas remotas (HODGES *et al.*, 2020).

Em relação a unidade de análise **“Implementação”**, os excertos da PROF evidenciam que as atividades exploram o movimento corporal, bem como os elementos psicomotores das crianças, a lateralidade, agilidade, a coordenação motora. Assim, observa-se que as atividades planejadas e implementadas no ERE têm atendido ao disposto nos documentos oficiais, já que a BNCC (BRASIL, 2017) possui como eixo norteador as interações e brincadeiras no trabalho pedagógico na Educação Infantil, na qual contempla no campo de experiência, “Corpo, Gestos e Movimento”, orientações para a realização de práticas de movimento corporal que estimulem o desenvolvimento dos elementos psicomotores. Isto posto, verifica-se que as

atividades em acompanhamento remoto implementadas por meio de material físico contemplam a educação psicomotora neste formato de ensino.

Ao analisar a unidade “**Participação**”, verifica-se que o ERE é excludente na Educação Infantil na medida em que não contempla todos os alunos, já que 35% dos alunos matriculados no pré-escolar e 21% matriculados na creche não têm realizado as atividades, segundo relato da PROF (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 – Entrega de Atividades - Pré escolar

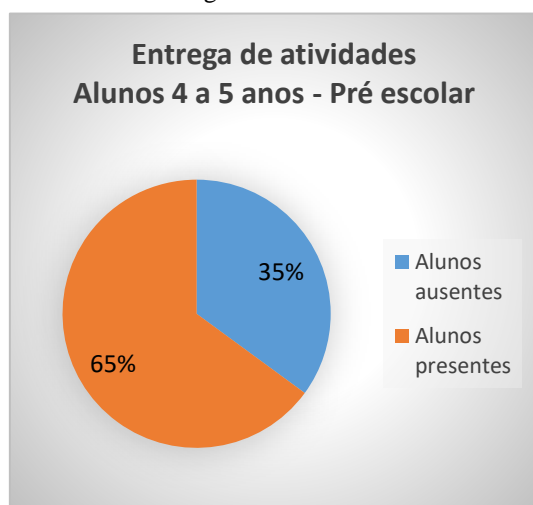
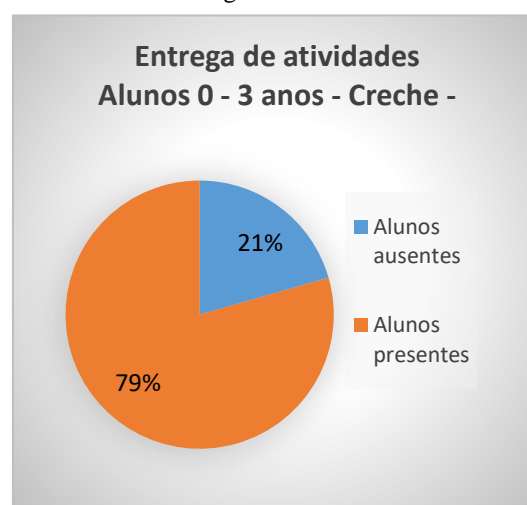


Gráfico 3 – Entrega de Atividades - Creche



Fonte: Elaborado pelos autores

Nesse contexto, sobre a significativa não participação dos alunos, Gonçalves e Britto (2020) relatam que os estados e os municípios tentam se reinventar virtualmente em um cenário em que poucos alunos têm acesso à internet ou uma estrutura familiar capaz de fazer um acompanhamento educacional adequado. Os resultados apontados nos Gráficos 2 e 3 nos remetem a uma reflexão acerca da educação formal e do papel da escola, principalmente quanto à Educação Infantil e ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança de zero a cinco anos, que tem como eixos norteadores das práticas pedagógicas as interações e a brincadeira.

Diante dos resultados revelados nos Gráficos 2 e 3, a unidade de análise “**Dificuldades**” elenca algumas das dificuldades encontradas pela professora participante no que se refere ao ERE. Para ela, o não envio das atividades dificulta o acompanhamento do progresso do aluno na execução da atividade, impedindo a análise do professor em relação ao desenvolvimento da criança diante dos objetivos propostos com a atividade planejada e enviada em acompanhamento remoto, podendo causar futuras dificuldades de aprendizagem

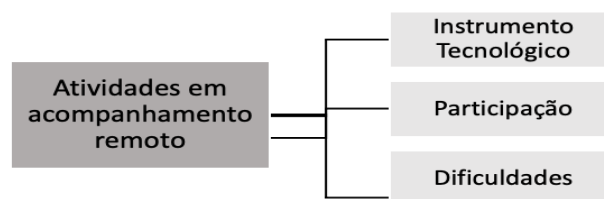
na criança devido à ausência de estimulação das habilidades psicomotoras. O número de alunos que não envia as atividades é expressivo, principalmente no pré-escolar, etapa de matrícula e frequência obrigatória na educação básica.

4.2 Relato dos pais

Desta outra etapa, participaram os pais/responsáveis pelos alunos “ausentes” na devolutiva das atividades em acompanhamento remoto, indicados pela professora participante desta pesquisa. No total, foi indicado e enviado o questionário para 49 familiares dos alunos ausentes. No entanto, foram obtidas 9 (nove) devolutivas com as respostas².

Para as análises da coleta de dados dos 9 participantes, foi elencada uma (1) categoria a priori e três (3) unidades de análise, com o objetivo de verificar a aplicabilidade das atividades em acompanhamento remoto na Educação Infantil, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Categoria atividades em acompanhamento remoto e unidades de análise



Fonte: Elaborado pelos autores

Os pais participantes da pesquisa foram selecionados a partir da ausência de envio e da participação nas atividades dos alunos. Diante do significativo número de alunos ausentes, 27% no total (Gráfico 1), foi elencada a segunda categoria de análise: “Atividades em Acompanhamento Remoto”, objetivando analisar quais instrumentos tecnológicos são utilizados pela família dos alunos, como acontece sua participação e as quais as dificuldades encontradas pelos pais para que os alunos possam realizá-las, conforme descritas na categoria e unidades de análise no Quadro 3.

² O CMEI possui 184 alunos matriculados (ano letivo: 2020). Destes, segundo as informações apresentadas pela professora responsável, 49 não deram devolutiva das atividades realizadas em casa para o professor. O questionário foi enviado para esses 49 pais/responsáveis dos alunos, obtendo-se 9 respostas.

Quadro 3 – Categoria Atividades em Acompanhamento Remoto e unidades de análise

Categoria de Análise	Unidade de análise	Questões norteadoras	Excertos
Atividades em Acomp. Remoto	Instrumento Tecnológico	Você tem celular e internet?	<i>Sim (F1 ao F9)</i>
	Participação	O aluno tem realizado as atividades enviadas pelo professor de educação física? Sim ou não?	<i>Algumas ele realiza mas não da tempo de filmar por que ele se distrai muito rápido (F1) Ela é bem difícil de fazer, não gosta (F2) Ela está fazendo sim (F3) Ele faz algumas (F4) Tem realizado e ela adora fazer (F8) As vezes ele faz, não são todas (F9)</i>
	Dificuldades	Por que você não envia para o professor as fotos e vídeos do aluno fazendo as atividades de educação física?	<i>Vou tentar enviar todas (F1). Por que eu acabo esquecendo de gravar vídeos ou tirar fotos (F3) Meu celular não está gravando (F5) Eu não tiro foto (F6) Ela não quer tirar foto (F7) Só não posto (F8)</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

A utilização de aparelhos eletrônicos para as atividades remotas está subsidiada legalmente na Deliberação nº 01/2020 em seu artigo 4º, que discorre sobre o uso de equipamentos tecnológicos por parte dos professores como estratégia para interagir com os alunos (PARANÁ, 2020b). A unidade de análise **“Instrumento Tecnológico”** demonstra que 100% das famílias possui aparelhos de celular.

Em relação à unidade **“Participação”**, os pais foram questionados se o aluno tem realizado as atividades enviadas pelo professor de Educação Física. Os resultados apontaram que, dos nove participantes, cinco (F3, F5, F6, F7, F8) responderam que sim, que o aluno faz as atividades, um (F2) respondeu que não faz, pois não gosta; e três (F1, F4, F9) participantes responderam que o aluno faz algumas atividades, porém, que não realizam todas (seguem os dados no Gráfico 4).

Gráfico 4 – Participação dos alunos

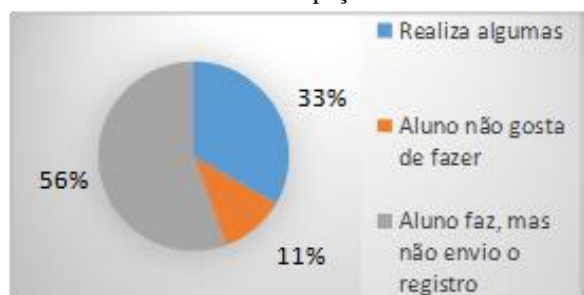
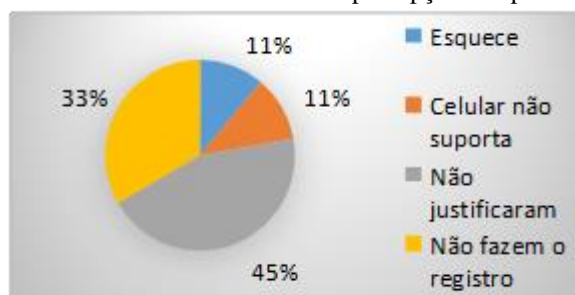


Gráfico 5 – Dificuldades na percepção dos pais



Fonte: Elaborado pelos autores

Assim, verifica-se que a partir do relato dos pais, descritos no Gráfico 4, apenas 11% dos alunos não realizam as atividades enviadas em acompanhamento remoto, uma vez que o aluno não gosta, enquanto 33% realizam as atividades parcialmente. Ainda, 56% informam que o aluno realiza, mas os registros não são enviados. O fato de não possuir registros do aluno executando as atividades dificulta o acompanhamento do professor no que se refere à evolução ou não dos alunos nos objetivos propostos com o envio e a elaboração da atividade enviada, dificultando ainda o processo de avaliação e acompanhamento de progressão de aprendizagens e habilidades psicomotoras.

A fim de buscar compreender as causas e os motivos da ausência dos alunos no envio das atividades, na unidade de análise “**Dificuldades**” os pais foram questionados sobre o motivo pelo qual não enviam para o professor as fotos e vídeos do aluno fazendo as atividades de educação física, já que os alunos nesta faixa etária são dependentes dos pais para executar as atividades e enviar para o professor.

O Gráfico 5 demonstra que 45% (F1, F2, F8, F9) dos pais não justificaram ou apresentaram motivos para o não envio das atividades, mas demonstraram preocupação em enviar e fazer os registros a partir do presente questionamento, conforme relata F9: “*Vou enviar o dia que ele fizer agora*”. Outros 33% (F4, F6, F7) apenas relataram que não fazem o registro com fotos e vídeos; a F7 relata: “*Ela não quer tirar foto*”, demonstrando assim que sua dificuldade está na aceitação do aluno em querer fazer as fotos e vídeos durante as aulas em acompanhamento remoto.

A incompatibilidade do instrumento tecnológico foi apontada como dificuldade por 11% dos participantes; a F5 relata: “*Só que meu celular não está gravando por isso que não estou mandando os vídeos e nem as fotos*”, demonstrando que não possui estrutura tecnológica adequada para o acompanhamento das aulas. Por fim, 11% relatam que esquecem de enviar as atividades, embora indiquem que haverá maior comprometimento com o envio a partir de então, conforme observa-se no relato da participante F3 “*Por que eu acabo esquecendo de gravar vídeos ou tirar fotos (mas vou começar a mandar no grupo)*”.

Neste cenário, observa-se que são diversos os fatores que interferem na qualidade do ERE para as crianças da escola pública. Gonçalves e Britto (2020) ressaltam que muitas crianças vivem com famílias de baixa renda, não possuem estrutura financeira e psicológica, com pais analfabetos e sem condições tecnológicas e afetivas para um acompanhamento

pedagógico, considerando que a maioria dos familiares não possui uma formação pedagógica para o Ensino Infantil.

Diante dos resultados, observa-se que a professora realiza o planejamento das aulas de acordo com os documentos curriculares orientadores. No entanto, muitos alunos não conseguem participar ou não enviam os registros, já que o envolvimento da família na realização das atividades é primordial na Educação Infantil. Algumas famílias demonstraram não ter tempo e/ou habilidade para o ERE, impossibilitando o acompanhamento, por parte do professor, da realização das atividades e dos possíveis avanços na aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Ressalta-se que dos 49 questionários enviados aos pais, obtivemos apenas 9 respostas, ficando uma lacuna e interrogação na percepção dos responsáveis por 40 alunos que não enviam a atividade e não mantêm contato com a professora, fato este que muito preocupa os gestores em tempos de suspensão das aulas presenciais, sendo um dos desafios do ERE.

5 Considerações finais

Sabemos que o ensino ofertado em instituições de Educação Infantil deve assegurar que a criança aprenda em várias situações, oportunizando a ela desempenhar um papel ativo na construção de significados sobre si, os outros e o mundo em que vive. Assim, a vivência escolar é indispensável para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças de zero a cinco anos de idade, configurando-se a escola como uma importante instituição para garantir que elas aprendam e se desenvolvam com as interações e a brincadeira.

Neste contexto pandêmico, o ERE na Educação Infantil exige que as famílias disponham de instrumentos tecnológicos apropriados para o acompanhamento das atividades enviadas pela escola, além de conhecimentos pedagógicos para o ensino de crianças de 0 a 5 anos de idade. Assim, nota-se que este modelo de ensino é excludente porque negligencia a diversidade da comunidade escolar, principalmente na Educação Infantil, cuja proposta envolve atividades que estimulam o desenvolvimento integral da criança, nos seus aspectos afetivos, cognitivos e motores, bem como o raciocínio e a criatividade.

Como resultados, o estudo sinalizou algumas implicações didático-pedagógicas do ERE para o desenvolvimento psicomotor de crianças da Educação Infantil, já que este formato de ensino não favorece as mediações e interações necessárias e adequadas do professor para o desenvolvimento psicomotor da criança. Assim procedendo, o ERE se

configura incompatível com uma real educação do corpo e do movimento em sentido amplo, compreende-se que esse tipo de ensino não atende às necessidades e especificidades da Educação Infantil.

Referências Bibliográficas

AQUINO, M. F. S.; et al. Psicomotricidade como ferramenta da educação física na educação infantil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo, v.4, n.14, p.245-257. Jan/Dez. 2012. <https://doi.org/10.37885/201001892>

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (AMP). Decreto Municipal nº 017, de 18 de abril de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no município de Santa Amélia PR. **Diário Oficial dos Municípios**: edição 1972, código identificador: 410066EB, Curitiba, PR, 19 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>. Acesso em 01 jun. 2020. <https://doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-90596>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Posicionamento sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares durante a Pandemia**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2020a. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/posicionamento-sobre-o-parecer-do-cne-que-trata-dareorganizacao-dos-calendarios-escolares>. Acesso em: 1 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240045>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Educação a Distância na Educação Infantil, não!** Rio de Janeiro, 20 abr. 2020b. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-naeducacao-infantil-nao>. Acesso em: 1 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240045>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 10 set. 2019. <https://doi.org/10.11606/d.2.2017.tde-03102017-105747>

BRASIL. Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 242, p. 18-19, 18 dez.2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL, **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasil: Diário Oficial da União, 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.773>

BRASIL, **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020b. Brasil: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL, **Deliberação nº 5/2020 Conselho Nacional de Educação, aprovada em 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasil: Diário Oficial da União, 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sobre a doença COVID 19**. Brasília, 2020d. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Brasil: Diário Oficial da União, 2020e. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1035>

FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GARCIA, T. C. M.; MORAIS, I. R. D.; ZAROS, L. G., RÊGO, M. C. F. D. **Ensino remoto emergencial**: orientações básicas para elaboração do plano de aula (recurso eletrônico). Natal, SEDIS/UFRN, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571151/4/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_2.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, E. M. R.; BRITTO, A. L. F. M. Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar. **Revista Práxis**, Volta Redonda RJ, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020. Disponível em: <https://moodlead.unifoa.edu.br/revistas/index.php/praxis/article/view/3505>. Acesso em: 28 fev. 2020. <https://doi.org/10.48209/978-65-05-14591-7>

HODGES, C. *et al.* The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 11 maio 2020.

LE BOULCH, J. O desenvolvimento Psicomotor. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

LORDANI, S. F. S. **Psicomotricidade na Educação Infantil**: uma proposta para a prevenção das Dificuldades de Aprendizagem. 2020. 145 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino). Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas de da Educação, Programa de Pós Graduação em Ensino, Cornélio Procópio PR. 2020. <https://doi.org/10.20950/1678-2305.2020.46.1.527>

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus. 2006. p.11-66.

PARANÁ, **Decreto Estadual nº 4.230 de 16 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus. Paraná: Diário Oficial do Estado do Paraná, 2020a. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=232854&codItemAto=1446127#1446802>. Acesso em: 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.32811/25954482-2020v3n1p159>

PARANÁ, **Deliberação nº 01/2020 Conselho Estadual de Educação do Paraná, aprovada em 31 de março de 2020**. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus. Paraná: Conselho Estadual de Educação, 2020b. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_01_20.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.20950/1678-2305.2020.46.1.527>

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). **Carta aberta da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) dirigida ao presidente do Conselho Nacional de Educação**. Brasília, 23 de março de 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/Carta-Aberta-ao-CNE.pdf> Acesso em: 1 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782012000100012>

SOUSA, J. M.; SILVA, J. B. L. A Psicomotricidade na educação infantil. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.4, n.2, p. 128 - 135, ago. – dez. 2013.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra, Portugal: Ed. Almedina, abr. 2020.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. Universidade e Sociedade. **Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN**. Ano XXXI - Nº 67, p. 36-46 - janeiro de 2021. <https://doi.org/10.51324/86010770>

TEIXEIRA, C. F.; COELHO NETO, J. O Uso das Tecnologias Digitais para o Ensino de Matemática Financeira: Uma Revisão Sistemática de Literatura. **Novas Tecnologias na Educação**. V. 14 No 2, dezembro, 2016, p. 1-10. <https://doi.org/10.22456/1679-1916.70673>

TOMAZINHO, P. Com aulas remotas, pais se reinventam para ajudar na educação dos filhos. 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/2020/05/1195004-com-aulas-remotas--pais-se-reinventam-para-ajuda-na-educacao-dos-filhos.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Artigo recebido em: 24.03.2021 Artigo aprovado em: 25.05.2021 Artigo publicado em: 30.06.2021